

3. O mundo como representação e a origem intuitiva do conhecimento.

Toda impressão imediata obtida pelo sujeito se enquadra em uma forma mais geral, denominada representação. É como representação que o mundo surge para todo indivíduo. E é o princípio de razão, originado do entendimento, o responsável por organizar as impressões imediatas, lhes conferindo as formas da representação. Temos aí uma noção formada necessariamente pela relação entre sujeito e objeto. O sujeito é a fonte originária da percepção, aquele que sempre escapa a uma definição, justamente por não se mostrar como objeto. Sujeito é justamente aquilo que escapa à objetividade. Onde um acaba, o outro começa. Seriam estas as palavras de Schopenhauer. Os objetos constituem o mundo efetivo na perspectiva do sujeito que representa. Nela o mundo se apresenta como o conjunto de todas as coisas com que se depara a sensibilidade, a intuição e a inteligência do sujeito, desde os objetos dispostos no espaço até o próprio corpo que pode também ser percebido como mais um objeto entre outros no mundo. Entretanto, como já dito, o mundo como representação, e todo o conhecimento proporcionado pelo princípio de razão dependem da relação mantida entre sujeito e objeto. Na tese da quádrupla raiz do princípio de razão suficiente Schopenhauer afirma ser equivalente dizer: “os objetos têm tais e tais determinações próprias, ou que se diga: o sujeito conhece de tais e tais maneiras”.¹ Na mesma perspectiva, é afirmado ainda que “é o mesmo dizer: a sensibilidade e o entendimento desapareceram, que dizer: o mundo chegou ao fim”.² Tal sentença evidencia que todo o mundo representado é sempre um mundo para o sujeito. Para Schopenhauer, não existe a *coisa em si* enquanto objeto, pois todo objeto depende sempre de um

¹ SCHOPENHAUER, Arthur. *De La Cuadruple Raiz del Principio de Razon Suficiente*. Madrid: Editorial Gredos, 1981 §41. p.204.

² Idem.

sujeito para existir. Por isso o filósofo toca o ponto de vista do solipsismo ao afirmar que o mundo inteiro encontra seu fundamento na consciência do indivíduo. O que quer dizer que cada um carrega um mundo inteiro consigo e que, supondo a sobrevivência de uma última consciência, o mundo já estaria salvo da não-existência, mas que esta, ao morrer, levaria o mundo consigo ao âmbito do não-ser. Como consequência, poder-se-ia dizer que para cada pessoa que falece, um mundo inteiro deixa de existir. Na verdade, com isso não se quer dizer que o sujeito esteja em condição superior à do objeto, ou que a existência deste último dependa do próprio sujeito. Entre um e outro não há hierarquia alguma, mas sim uma dependência mútua. Assim é que, tal como não há objetos sem o sujeito, não pode haver sujeito sem objeto. Em nenhum dos dois se encontra a idéia de mundo, pois este apenas se origina da relação entre ambos. Este conhecimento se resume na afirmação de que "o mundo é minha representação"³; uma noção tão fundamental que aparece abrindo o texto de *O Mundo como Vontade e Representação*. Segundo o autor,

*“sujeito e objeto já precedem como primeira condição a qualquer experiência, logo também precedem ao princípio de razão em geral, já que este é apenas a forma de todo objeto, a maneira universal de sua aparição: o objeto, não obstante, já pressupõe sempre o sujeito: por isso entre os dois não pode haver relação alguma de fundamento e consequência”.*⁴

Duas observações ainda devem ser feitas a respeito desta questão: a de que “objeto e representação são uma única e mesma coisa”⁵, e de que “o ser dos objetos intuitivos é precisamente o seu fazer-efeito”.⁶ Esse fazer efeito entre os objetos configura o mundo da representação como um mundo real, tal qual ele se mostra. É a realidade empírica do mundo, cuja existência não é negada pelo autor, mas defendida como uma das possibilidades de se compreendê-lo. Ainda que,

³ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §1. p.43.

⁴ Idem. §5. p.56.

⁵ Idem. P.57.

⁶ Idem.

enquanto representação, não manifeste a forma em si, a essência do mundo, tal modelo produzido pela relação entre sujeito e objeto não deixa de ter sua validade. Aqui podemos distinguir a realidade empírica da realidade metafísica.

Mantendo-se inicialmente na perspectiva empírica, em sua tese *Da Quádrupla Raiz do Princípio de Razão Suficiente* Schopenhauer apresenta o *princípio de razão suficiente* evidenciando a sua importância, uma vez que este constitui o fundamento de todas as ciências. Primeiramente, o *princípio de razão suficiente* é responsável pela percepção dos fenômenos sempre em relação uns com os outros. A partir de tais relações inferidas, entra em cena a capacidade humana de formar conceitos, tornando possível a construção de teorias científicas que, segundo o autor, constituem um "sistema de conhecimentos, ou seja, um conjunto de conhecimentos entrelaçados"⁷. Dessa forma, a ciência não só relaciona seus objetos no espaço, mas também no tempo, o que se traduz em buscar as causas e os possíveis efeitos para cada objeto analisado. Ela surge em decorrência dos usos conceituais inferidos a partir da percepção, pelo entendimento, do tempo, do espaço e da causalidade. Segundo o autor, em cada área da investigação científica uma das raízes do princípio de razão é privilegiada. Assim ocorre com a Geometria, que toma o espaço como problema, com a aritmética, cujo foco seria o tempo, e com a morfologia, que estuda as transformações e assim privilegia a raiz referente ao devir, ou simplesmente, a causalidade. Mas o que são essas raízes? Que estatuto pode ter o princípio de razão suficiente?

Seguindo a linha de pensamento kantiana, Schopenhauer afirma certas qualidades fundamentais na estrutura humana que funcionam como filtros para a experiência da realidade fenomênica. As raízes do princípio de razão suficiente são características *a priori*, tais quais as categorias kantianas. São as formas puras, pré-existentes, que condicionam todo o conhecimento do sujeito. Sua atuação diz respeito, inicialmente, à organização dos objetos no tempo e no espaço. Assim como para Kant, tempo e espaço seriam qualidades existentes apenas

⁷ SCHOPENHAUER, Arthur. *De La Cuadruple Raiz del Principio de Razon Suficiente*. Madrid: Editorial Gredos, 1981 §4. p.32.

para a estrutura subjetiva, ou seja, dependentes da atuação do entendimento, não tendo realidade objetiva ou essência própria. Não obstante, essas duas qualidades apresentam-se como condição para toda percepção. Para justificar tal posição, pode-se recorrer à mesma demonstração relatada por Kant: É possível pensar em um espaço vazio, mas não em um objeto fora do espaço. Poder-se-ia acrescentar ainda: é possível pensar um espaço vazio, mas não um espaço sem o entendimento a lhe conferir existência. Os mesmos argumentos valem para a percepção do tempo.

Além das qualidades de espaço e tempo, em Schopenhauer também a causalidade aparece ligada ao conjunto de princípios subjetivos *a priori*. Para ele, esta seria mais uma condição pré-moldada da consciência, e não uma mera conjectura resultante de repetidas observações, como afirmara Hume. Perceber os fenômenos em sua relação com os demais, numa rede de causas e efeitos, constitui a forma típica pela qual o princípio de razão permite ao homem conhecer o mundo. Na verdade, as formas descritas até agora – tempo, espaço e causalidade – caracterizam apenas a representação intuitiva, ou seja, o conhecimento mais imediato; orientado pelo entendimento, mas ainda não relacionado a conceitos. Por isso este conhecimento é possível também aos demais animais. A diferença entre eles e o homem localiza-se especificamente na raiz definida como o *princípio da razão de conhecer*, que se refere precisamente à faculdade de transformar o conhecimento intuitivo em conceitos abstratos. O princípio do conhecer opera analisando as raízes intuitivas separadamente. Com isso, no reconhecimento de seus objetos, ela retira justamente o caráter intuitivo do fenômeno, visto que a intuição sempre apresenta de forma conjunta as qualidades de tempo, espaço e de causalidade. A razão abstrata reduz a complexidade do real, unindo objetos a partir de determinadas características semelhantes; torna-os idênticos, como indivíduos de uma mesma espécie. Agrupar elementos em conjuntos é o modo como a razão opera, e quanto mais se ascende na abstração, tanto mais se omite, e outro tanto diminui o que se pensa. Os conceitos mais elevados, isto é, os mais universais, são também os mais vazios e empobrecidos; uma gradação que, no seu

limite, toma a forma de meras conjecturas carentes de fundamentação na intuição, tais como os conceitos de *Ser*, *essência*, *devir* e outros semelhantes.

As quatro raízes do princípio de razão definidas pelo filósofo são, em ordem, o princípio de razão suficiente do devir (relação de causalidade), o do conhecer (capacidade de inferir conceitos), do ser (associação dos objetos no tempo e no espaço) e o da vontade (referente à vontade ou afecções individuais do observador). A primeira raiz remete à intuição mais imediata, sendo considerada como forma subjetiva do conhecimento. Trata-se do tempo, "a mais simples e primitiva das formas da representação"⁸, como relata Marie-José Pernin. O tempo possui realidade apenas ideal, ou seja, é na verdade resultado da forma de intuição dada *a priori* ao sujeito. No entanto, é o tempo, esta forma idealizada, o responsável por condicionar a nossa percepção objetiva do mundo. Nessa perspectiva, não se pode dizer que o tempo seja algo existente por si mesmo, pois ele é sempre relativo à nossa percepção subjetiva. Não há então o tempo em si, bem como não há passado ou futuro senão como representação do sujeito. Passado e futuro não podem ter realidade fora desta relação. Ao serem invocados, temos que o primeiro não existe mais, enquanto o segundo é apenas uma projeção do que pode vir a ser. Concretamente, tudo o que existe é o presente, o instante. A noção do tempo entendida como uma linha ou sequência de eventos resulta da ocorrência incessante de percepções imediatas seguidas umas das outras e organizadas pelo entendimento. A intuição desta sequência proporciona ao sujeito uma compreensão do mundo organizada pela cadeia bem definida de eventos que se ligam de maneira necessária, uns com os outros, denominada causalidade.

A causalidade é o ponto central da primeira raiz do princípio de razão suficiente. Derivada do entendimento imediato do sujeito, ela pressupõe a percepção do tempo. Por outro lado, necessita também da percepção das formas no espaço, ou simplesmente, da intuição espacial. Schopenhauer justifica a causalidade como necessária combinação entre

⁸ PERNIN, Marie-José. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p.41.

tempo e espaço. Ele convida o leitor a imaginar primeiramente a percepção de uma realidade apenas espacial, onde todas as coisas estariam dispostas simultaneamente e sem qualquer possibilidade de mudança; em seguida, faz supor o outro extremo, o de uma realidade percebida apenas no tempo. Nessa perspectiva, só haveria mudança, sem permanência de qualquer forma definida. Tais suposições são feitas para mostrar que a causalidade só pode resultar da relação entre as duas formas fundamentais; relação que Pernin sintetiza na seguinte afirmação:

"A causalidade é uma função do entendimento, que opera a priori a síntese do espaço e do tempo. A causalidade envolve a idéia de uma relação de dependência recíproca entre os fenômenos que a ilimitação da sucessão temporal e da coexistência espacial, cada uma delas tomada à parte, não poderia explicar. Essa dependência é uma limitação recíproca do tempo e do espaço, um pelo outro, que abre a presença dos fenômenos em tal momento, em tal lugar".⁹

Sendo toda relação causal construída a partir de momentos e locais determinados, torna-se impossível afirmar a existência de noções como a de causa primeira, bem como não se pode afirmar o instante em que começa o tempo, e o local onde termina o espaço. Isso quer dizer que o espaço, o tempo e a causalidade não estão nas coisas e não podem ser afirmados como realidades em si. Segundo Schopenhauer, toda tentativa de afirmar tais noções não passa de mera abstração sem sentido algum. Ele demonstra a dificuldade desta questão argumentando que *"toda causa é uma mutação sobre a qual deve-se perguntar necessariamente por uma mutação anterior pela qual ela tenha sido produzida"*.¹⁰ Em seguida afirma: *"porque se este primeiro estado da matéria tivesse sido em si a causa dos estados posteriores, estes teriam de existir desde sempre, e por tanto, o estado atual não deveria existir somente agora"*.¹¹ Por outro lado, a causalidade não se resume a uma

⁹ Idem. p.45.

¹⁰ SCHOPENHAUER, Arthur. *De La Cuadruple Raiz del Principio de Razon Suficiente*. Madrid: Editorial Gredos, 1981 §4. p.32.

¹¹ Idem. p.73.

ilusão construída a partir dos sentidos. Como já foi dito, Schopenhauer contrapõe à noção empírica de Hume uma definição idealista da causalidade. Esta não se origina da experiência e da repetição observada nos eventos, mas se trata de uma característica do entendimento, anterior à própria experiência. É a partir de suas determinações que as sensações imediatas do corpo são transformadas em representações intuitivas, ou seja, em intuições do entendimento.

Além da intuição da causalidade, que organiza a percepção do espaço e do tempo, Schopenhauer afirma a existência de uma intuição pura, não empírica, destas duas qualidades. É o chamado *princípio de razão suficiente do ser*. Este, ao invés de fazer referência a locais ou momentos determinados, como ocorre na percepção da causalidade, diz respeito à intuição geral de espaço e tempo; uma percepção que se evidencia na afirmação de que podemos representar o espaço sem objetos, mas não objetos fora do espaço. O mesmo ocorre com relação ao tempo, cuja percepção constitui uma intuição subjetiva marcada pela ocorrência de afecções diretas (sensações e sentimentos) sobre o corpo do indivíduo. A experiência obtida na intuição do tempo é a da sucessão; de um evento seguindo-se por outro, e nunca por múltiplos eventos como na relação de causalidade, pois isso demandaria a atuação do espaço (simultaneidade). Na interpretação feita por Pernin, o tempo seria a “medida do movimento”.¹² Além de condicionar a objetividade do real como sucessão, pode ser percebido como a forma do sentido íntimo, como limite entre a percepção do mundo como representação e como vontade; aspecto que será retomado mais à frente.

Enquanto o tempo apresenta a realidade como sucessão, a intuição do espaço faz o mesmo, mas a partir da disposição, ou da situação entre os objetos. A pura intuição espacial dispõe a realidade através de relações da distância entre corpos, ou de partes distintas em determinada extensão. Assim como o tempo, o espaço consiste em uma intuição imediata, não resultando de experiência alguma, mas pelo contrário, condicionando toda experiência. Dessa forma pode-se deduzir

¹² PERNIN, Marie-José. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p.42.

por que ciências como a geometria e a aritmética podem produzir resultados tão seguros. Elas jogam apenas com as regras do puro entendimento, isto é, com as noções espaciais e temporais de forma pura, e não com a realidade sensível. Sendo assim, encontra plausibilidade na consciência de todos os homens, visto que está em acordo com as intuições que moldam toda a possibilidade de se representar os objetos no mundo.

Já foi afirmado que os elementos do entendimento, as chamadas representações intuitivas que configuram a noção de espaço, tempo e causalidade estão presentes também nos animais irracionais. Por seu turno, a faculdade da representação abstrata deriva das próprias representações intuitivas e tem como particularidade a possibilidade de gerar conceitos. Trata-se de uma forma de consciência completamente diferente, denominada reflexão; trata-se efetivamente de uma “*aparência refletida, algo derivado do conhecimento intuitivo*”, ou em outras palavras, “*reflexo abstrato de todo intuitivo em conceitos não intuitivos da razão*”.¹³ Schopenhauer observa também que, enquanto os animais relacionam-se exclusivamente como o presente dado, com os objetos dispostos à sua frente e as necessidades do momento, os homens estendem sua existência ao passado e ao futuro sob a forma da imaginação, das preocupações, dos arrependimentos e dos desejos formados pela razão. Dessa forma, os motivos que impulsionam as suas ações são, na maioria das vezes, idéias e conceitos abstratos.

*“Durante o tempo em que nos mantemos intuindo de modo puro, tudo é claro, firme, certo. Inexistem perguntas, dúvidas, erros. Não se quer ir além, não se pode ir além; sentimos calma no intuir, satisfação no presente. A intuição se basta a si mesma. (...) No entanto, junto com o conhecimento abstrato, com a razão, dúvida e erro entram em cena no domínio teórico, cuidado e remorso no prático. Se na representação intuitiva a ILUSÃO distorce por momentos a realidade, na representação abstrata o ERRO pode imperar por séculos”.*¹⁴

¹³ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §§8. p.82.

¹⁴ Idem. §8. p.81.

Pode-se perceber que a representação intuitiva é tomada como fonte de um conhecimento seguro, concreto, capaz de fornecer certeza a respeito do que se intui. Já o conhecimento abstrato constitui uma redução dessa realidade concreta dada na intuição pura. Por isso ele é fonte de erro, algo bastante diferente das ilusões possibilitadas pelas intuições. O filósofo apresenta a certeza e a ilusão como conceitos referentes à representação intuitiva e os conceitos de verdade e erro em correspondência com as representações abstratas. A respeito da ilusão, podemos compreendê-la melhor se pensarmos nas chamadas ilusões de ótica ou nos equívocos de inferência sobre determinadas relações espaciais, como ocorre no caso de uma batida ocasionada por alguém que tenta estacionar um automóvel. Já o erro é uma má interpretação conceitual a partir de uma ou mais intuições originárias. O erro não se remete diretamente às intuições, mas aos conceitos que obtemos a partir delas. Uma boa interpretação – racional -, por outro lado, pode ser considerada uma verdade, ou seja, um juízo adequado sobre determinadas intuições, um correto encadeamento conceitual.

*“Da mesma que o entendimento possui uma só função, o conhecimento imediato da relação de causa e efeito, a intuição do mundo efetivo; e assim como a inteligência, a sagacidade e o dom da descoberta, que, por mais variado que seja o seu emprego, manifestamente nada mais são que exteriorizações daquela única função; também a razão possui apenas uma função, a formação de conceitos. (...) é em referência ao emprego ou não dessa função que se interpreta absolutamente tudo o que, em geral e em qualquer tempo se denomina racional e não racional”.*¹⁵

O *conceito* aparece, nesta descrição, diretamente ligado à faculdade da razão. É compreendido como o *“primeiro produto e instrumento necessário da razão”*.¹⁶ É através da linguagem que a razão pode se realizar plenamente. Características dessa realização se

¹⁵ Idem. §8. p.82.

¹⁶ Idem. §8. p.83.

encontram na possibilidade de uma ação planejada e executada por diversas pessoas, bem como na transmissão do saber através das gerações. Tudo isso só pode ocorrer a partir do momento em que as intuições se transformam em conceitos, os quais podem ser comunicados e compreendidos entre todos os membros de uma comunidade.

“Unicamente o entendimento conhece de maneira intuitiva, imediata, perfeita o modo de fazer efeito de uma grua, de uma roldana, de uma roda de engrenagem, ou como uma abóbada repousa em si mesma etc. Mas justamente por conta dessa característica que o conhecimento intuitivo tem de referir-se só ao que se encontra imediatamente presente, o simples entendimento não basta para a construção de máquinas e edifícios. Antes, a razão aqui tem de entrar em cena, substituindo as intuições por conceitos abstratos, os quais são tomados como guias da atividade.”¹⁷

Esta faculdade permite ao homem ser comparado ao "navegante que, com suas cartas marítimas, compasso e quadrante, conhece com precisão a sua rota", enquanto os animais seriam "a tripulação leiga que vê somente ondas e céu".¹⁸ Isso porque o homem pode formular uma visão do todo que constitui o seu mundo e a sua existência.

O conceito, como já foi afirmado, é uma espécie de redução da complexidade do real, necessária para que, por ele, sejam abarcados inúmeros exemplares de um gênero. Isso significa que, se por um lado um único conceito pode se referir a diversos indivíduos de uma mesma espécie, por outro, por esse mesmo conceito muitas das particularidades observadas em cada indivíduo têm de ser ignoradas.

Há uma relação inversa entre a amplitude e o conteúdo dos conceitos. Quanto mais elementos ele agrupa, menos características específicas pode comportar; e quanto menos indivíduos podem ser incluídos sob um mesmo conceito, mais particularidades ele abriga. Um exemplo radical do primeiro caso, o de uma amplitude máxima chegando

¹⁷ SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §12. p.102

¹⁸ Idem. §.16. p.140.

a perder todo o seu conteúdo, se encontra, por exemplo, nos conceitos de *Ser, absoluto e de Deus*. São conceitos cuja aplicação na filosofia Schopenhauer condenava, justamente por entender que por eles não se pode compreender qualquer coisa real, visto que nenhum deles faz referência a algo antes representado intuitivamente. A representação intuitiva toma, em Schopenhauer, o papel que os empiristas conferiam à experiência: o de fundamento para qualquer afirmação consistente. No extremo oposto aos conceitos de amplitude máxima, encontramos os nomes próprios, conceitos que designam apenas um indivíduo, fazendo implicar sob ele todas as suas especificidades. Trata-se da relação mais direta entre a intuição e o conceito. Entre estas existe uma espécie de ponte, constituída pela imaginação. A imaginação, ou melhor, as imagens da representação intuitiva, fazem a referência necessária para a determinação dos significados contidos nas palavras que, por sua vez, expressam conceitos. Em todo caso, quando os conceitos são articulados em um raciocínio ou num diálogo, não é necessário que imagens mentais sejam chamadas à consciência a todo o momento. Na verdade, nem mesmo existem imagens definidas para cada conceito. Patrick Gardiner exemplifica essa questão tomando como modelo o conceito de cachorro: *“tomamos o conceito de cachorro, por exemplo, para nos referirmos a inúmeros animais particulares em aspecto, forma, raça, etc., mas em nossa imaginação podemos apenas suscitar imagens de cachorros individuais, e nunca de um ‘cachorro universal’*.¹⁹ Em uma conversa, inúmeros conceitos são utilizados, e quase todos são compreendidos no próprio campo da abstração, sem que as pessoas tenham de retomar a intuição que fundamenta cada conceito. Geralmente, quando uma exceção acontece e alguém tem de buscar a compreensão de algum conceito nas imagens retidas de suas representações intuitivas, ocorre uma interrupção no discurso; é quando um interlocutor percebe desconhecer algo do que está sendo dito ou questiona o fundamento de um determinado conceito empregado por outra pessoa.

¹⁹ GARDINER, Patrick. *Schopenhauer*. México: Fondo de Cultura Económica. 1997. p.166.

Os conceitos apresentam uma espécie de hierarquia que corresponde ao nível de abstração que expressam. Há conceitos que se referem diretamente a representações intuitivas, como por exemplo, o conceito de homem ou o de pedra. Há também conceitos que não derivam de intuições, mas de outros conceitos abstratos. É possível pensar um equivalente próximo a essa hierarquia na apresentação de Locke sobre as idéias, que se dividem em simples e complexas, sendo as primeiras derivadas das impressões, e as segundas compostas a partir de idéias simples. Schopenhauer compara os conceitos derivados diretamente das intuições ao andar térreo de um imaginário edifício do conhecimento. Dessa forma, os conceitos mais abstratos seriam os andares superiores e, ainda nessa mesma analogia, as representações intuitivas apareceriam como o alicerce do edifício, a base necessária para a sustentação e existência de todo o restante da construção. Aí se encontra uma característica fundamental para a compreensão da teoria do conhecimento schopenhaueriana. Por mais que um conceito possa ser abstrato, derivando de uma sequência longa de outros conceitos abstratos, deve haver necessariamente nesta cadeia um último conceito relacionando-se diretamente a uma representação intuitiva. "*Por que em última instância, todo pensar significativo deve ser suscetível de interpretação em termos de experiência*"²⁰, afirma Gardiner. Ele retoma ainda uma outra analogia, formulada pelo próprio Schopenhauer em sua tese da quádrupla raiz, para explicar essa dependência:

"em certo aspecto, nossos pensamentos se assemelham a um banco que, se quer ser sólido, deve ter efetivo em caixa para ser capaz de responder a todos os cheques que já emitiu, no caso de serem exigidos. Se não somos capazes de explicar, como foi dito, o que queremos dizer com certas expressões que usamos, simplesmente as esclarecendo pela referência a outros conceitos abstratos que por sua vez necessitam explicação, o que dizemos se assemelhará a um cheque

²⁰ Idem.

emitido por uma firma que não tem nada mais do que outras obrigações em forma de papéis para dar-lhe respaldo".²¹

Pode-se definir o pensamento simplesmente como o ato de representar, de abstrair intuições em conceitos. Além das representações intuitivas e da razão, Schopenhauer fala ainda de mais um elemento, o juízo, como responsável por relacionar as intuições às reflexões abstratas. A atividade do juízo consiste em buscar os conceitos adequados para as representações intuitivas e, por outro lado, delinear o campo dos possíveis objetos adequados a cada conceito. São os conhecidos processos de síntese e análise dos objetos no mundo, classificando cada exemplar em seu devido grupo e fazendo assim surgir os conceitos.

A descrição da faculdade da razão feita por Schopenhauer é entremeada por diversas críticas à sua validade e à sua maior insegurança, se comparada às intuições concretas. Em sua tese encontra-se uma afirmação profunda e quase poética nesse sentido:

"o pensar que opera com a ajuda das representações intuitivas é o núcleo genuíno de todo o conhecimento, porque retorna à fonte, ao fundamento de todos os conceitos. (...) Ao entendimento pertencem certos pensamentos que, rodando ao longo do tempo em torno do cérebro, vão e vêm, ora se revestindo de uma intuição, ora de outra, até que finalmente alcançam evidência, se fixam em conceitos e encontram palavras. E há também os que nunca as encontram, e, desgraçadamente, estes são os melhores".²²

Através da conexão lógica entre conceitos abstratos, e pela observação dos movimentos regidos por padrões tomados como leis naturais, as ciências são capazes de definir toda sorte de objetos e eventos no mundo. São também capazes de construir mecanismos

²¹ Idem.

Cf: SCHOPENHAUER, Arthur. *De La Cuadruple Raiz del Principio de Razon Suficiente*. Madrid: Editorial Gredos, 1981. §.28. p.158.

²² SCHOPENHAUER, Arthur. *De La Cuadruple Raiz del Principio de Razon Suficiente*. Madrid: Editorial Gredos, 1981. § 28. p.157.

complexos pela associação de conceitos e de teorias distintas. Esse é um caminho aparentemente sem fim. Seu limite seria uma espécie de "teoria de tudo", um sistema que pudesse dar conta de todas as relações entre os fenômenos no mundo. Como Schopenhauer afirma, alguns filósofos tentaram dar conta desta tarefa sem apresentarem, no entanto, o devido lastro para as suas afirmações. Ao definirem a totalidade, o em si do mundo, tomando-o como objeto, não puderam justificar adequadamente suas definições. Desta forma, ainda segundo Schopenhauer, estes pensadores apresentaram conceitos vazios, sem conteúdo intuitivo. Com relação às ciências, mesmo que estas alcançassem tal amplitude de conhecimento por experiência - a teoria de tudo - ainda assim, nem sequer teriam tocado as questões referentes à essência do mundo.²³ Ocorre que as ciências, sem exceção, partem de pressupostos, de noções tomadas como verdadeiras, mas que permanecem inexplicadas. E por maior que seja o desenvolvimento das ciências, *“ainda assim a força em virtude da qual uma pedra cai na terra, ou um corpo repele outro, não é menos estranha e misteriosa em sua essência íntima do que aquela que produz os movimentos e o crescimento de um animal”*²⁴. Pois *“a mecânica pressupõe matéria, gravidade, impenetrabilidade, comunicação de movimento pelo choque, rigidez etc. como impossíveis de fundamentação, chamando-se de forças naturais, e , de lei natural, a sua aparição necessária e regular sob certas condições”*.²⁵

Schopenhauer remete mais uma vez o conhecimento racional aos seus fundamentos originários necessários. Desta vez, vai além das representações intuitivas do entendimento. A base para a compreensão adequada das noções de força atuando no mundo situa-se em um conhecimento intuitivo da vontade que atua no interior de cada indivíduo. Tal compreensão pode ser obtida diretamente, atentando-se para a relação subjetiva do indivíduo com seu próprio corpo. Nesse momento, o corpo não é mais tomado como objeto entre os objetos. Ele é percebido

²³ Cf: SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo Como Vontade e Representação*. São Paulo: UNESP, 2005. §17.

²⁴ SCHOPENHAUER, Arthur. *De La Cuadruple Raiz del Principio de Razon Suficiente*. Madrid: Editorial Gredos, 1981. §17. p.154.

²⁵ Idem.

de uma maneira inteiramente diferente, na intuição de uma outra possibilidade de compreensão da realidade: o mundo como vontade.